

# Genoíno já recorre contra reajuste

JORNAL DE BRASÍLIA  
Scheila Bernadete

O aumento de 143% dos parlamentares retroativo a novembro é um caso para ser resolvido na Justiça, conforme interpretação do líder do PT, deputado José Genoíno. Ele entrou, ontem, com uma ação de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, devido ao índice diferenciado em relação ao reajuste dos demais servidores do poder Legislativo. "Pela Constituição, os aumentos têm que ter índices iguais", justificou Genoíno. Se o pedido for aceito pelo STF, deputados e senadores terão que devolver o excedente a 62% ou reajustarem os salários de seus funcionários no mesmo percentual.

Mesmo sem a presença de dez deputados do PT na votação que decidiu o reajuste dos parlamentares, na última quarta-feira no plenário da Câmara, o líder petista garantiu que todos os 35 integrantes dos partidos e mais o senador Eduardo Suplicy, assinarão um requerimento desistindo do aumento superior a 62%. "Temos que recuperar a imagem do Legislativo", disse Genoíno. O deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) também vai abrir mão do excedente. Ele revelou que o acordo feito entre as lideranças de todos os partidos, momentos antes do projeto de resolução ser apreciado, previa um aumento de 62%. "Lamentavelmente tudo foi muito mal conduzido, o que acabou desgastando o Parlamento mais uma vez". Para o deputado, isto, no entanto, não justifica que "os parlamentares contrários fiquem capitalizando os juros" em torno do assunto.

## Vantagens

A assessoria da Presidência da Câmara dos Deputados explicou ontem, através de nota, que o índice de 102% correspondente a verba de representação dos parlamentares, significa 70% do total concedido aos ministros do Supremo Tribunal Federal, "o que ocorre sempre que os percentuais dados aos servidores da União forem diferenciados". O objetivo da comunicação é demonstrar que o reajuste dos deputados foi menor do que os integrantes das cortes superiores do Poder Judiciário.

O setor de Relações Públicas da Câmara não soube informar, no entanto, qual vai ser o índice para

reajustar as outras vantagens que os parlamentares têm direito, como o auxílio-moradia (para quem não tem imóvel funcional), por exemplo. Atualmente, este subsídio é de Cr\$ 600 mil. Se for comparado com o aluguel de um apartamento na Asa Sul de Brasília, composto de três quartos — um com suíte — sala de estar, varanda, cozinha, dois banheiros, quarto de empregada, com telefone, garagem e mobiliado — que todo o parlamentar faz jus — é até pouco. De acordo com o mercado imobiliário, um imóvel deste tipo está em torno de Cr\$ 900 mil.

Além disto, todo o parlamentar tem franquia de Cr\$ 332 mil por ano nas tarifas telefônicas de seu gabinete e residência, podendo abater, inclusive, das contas referentes no estado de origem. Ele pode, ainda, expedir cartas e telegramas gratuitamente no valor não superior a Cr\$ 3 milhões anuais e utilizar 220 mil cópias xerográficas em 12 meses. Outra vantagem não incluída no salário do parlamentar é a passagem aérea: cinco de ida e volta por mês.

Deputados e senadores, se quiserem, têm direito também a contratar até 11 funcionários para atuarem em seus gabinetes ou nos escritórios dos respectivos estados, pagos pelos contribuintes. O total da verba é de Cr\$ 4,4 milhões, que boa parte utiliza para aumentar a renda familiar, contratando parentes.

A única desvantagem que os oito deputados e três senadores representantes do Distrito Federal no Congresso têm em relação aos demais é a redução do número de passagens aéreas por mês. Ao invés das cinco de ida e volta, eles podem viajar duas vezes mensalmente, para o Rio. "Ou para o Piauí", complementa o deputado Augusto Carvalho (PCB). Ele diz que nunca deixa de usar a cota da Câmara, já que participa de vários encontros políticos nos diversos estados brasileiros, como ocorreu recentemente na capital piauiense. Como a distância é maior do que de Brasília ao Rio, o valor excedente da passagem será descontado em outra.

Também o deputado Benedito Domingos, presidente do PTR, e o senador Valmir Campello, presidente do PTB, como supõem os pró-

## ESCALADA DOS SALÁRIOS NO GOVERNO

Categoria	Jan	Fev	Mai	Jul	Set	Acumulado Até out	Dez	Novo Salário
Dep.Fed.	81%	9,36%	37,88%	20%	—	227,50%	(+143%)	695,8%
DAS Executivo								
1	81%	9,36%	104,04%	—	—	303,88%	(+20%)	384,66
2	81%	9,36%	106,23%	—	—	308,21%	(+20%)	389,85
3	81%	9,36%	107,23%	—	—	310,19%	(+20%)	392,23
4	81%	9,36%	115,53%	—	—	326,62%	(+20%)	411,94
5	81%	9,36%	120,55%	—	—	336,62%	(+20%)	423,94
6	81%	9,36%	125,24%	—	—	345,84%	(+20%)	435,01
Militares	81%	9,36%	*23,97%	20%	*93,46%	469,67%	(+20%)	583,60
Func.CD	81%	9,36%	37,88%	20%	—	227,50%	(+62%)	430,55
PCC	81%	9,36%	29,99%	56%	—	301,39%	(+62%)	550,25
Judic.	81%	9,36%	29,99%	56%	—	301,39%	(+62%)	550,25
Diplom.	81%	9,36%	77,22%	135%	—	724,36%	(+20%)	889,23

prios cargos, aproveitam bem o direito. "Já estou até com débito de passagens", confessa Domingos. Além dos inúmeros deslocamentos em função do partido, ele diz que cede muitos bilhetes a dirigentes partidários de outros estados e até a eleitores. "Ontem mesmo, dei três para uma senhora e dois filhos que estavam passando necessidade em Roraima", revela Domingos. O parlamentar não fica restrito a seu estado, observa Campello, ressaltando que também recebe muitos convites para participar de solenidades e palestras.

## Incorporado

Campello reside em apartamento próprio, na Asa Sul, e afirma que recebe sem constrangimento o auxílio-moradia pago pelo Senado. "Incorporo sim, ao meu salário". Ele justifica seu pensamento salientando que o Legislativo sai ganhando já que se tivesse que ceder um apartamento funcional teria gastos maiores com a conservação. "E além disto, eu poderia alugar o meu e ganhar uma verba extra".

Domingos lembra que esta situação não acontece só com os parlamentares de Brasília. "Nós somos criticados por isto, mas tem outros parlamentares que até moram em mansões e recebem o auxílio".